



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA  
2ª VARA DO TRABALHO DE UBERLÂNDIA – MG

JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:  
TÂNIA MARA GUIMARÃES PENA



Lei de Criação nº 7.471, de 30-4-1986  
Data da instalação: 10-4-1987  
Data de implantação do PJe: 12-8-2014

**Jurisdição:** Uberlândia, Araporã, Monte Alegre de Minas, Nova Ponte e Tupaciguara.

**Edital de Correição divulgado no D.E. da Justiça do Trabalho em 23-6-2017, p. 2/4.**



## ATA DE CORREIÇÃO

Às 8h10min do dia onze de julho de 2017, o Excelentíssimo Desembargador Dr. **César Pereira da Silva Machado Júnior**, Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, deu início à Correição Ordinária na 2ª Vara do Trabalho de Uberlândia, situada na Avenida Cesário Alvim, nº 3.200 – 1º andar, na forma do disposto nos artigos 682, XI, da CLT, e 30, I, do Regimento Interno, sendo recebido pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Tânia Mara Guimarães Pena**; pela MM. Juíza do Trabalho Auxiliar, Dra. **Alessandra Duarte Antunes dos Santos Freitas**; pelo Secretário da Vara do Trabalho, Sr. Guilherme Egídio Cunha Costa; pelos servidores Alysson Gomes Correia, Ana Paula Rocha e Silva, Andréa Herval Naves, Débora Satie Taba Miwa, Elilde Duarte Guedes Otavio, Edimilson Carlos Ferreira, Eliane Aureliana de Sousa Borges, Gracielle Maria Oliveira Faria, Igor de Oliveira Rodrigues, Maria Adelaide Pereira de Souza e Valéria Cristina Martins de Oliveira e pelas estagiárias Vanuza Lima Gonçalves de Andrade e Daiana Carla Ferreira.

Iniciada a correição no horário acima registrado, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou:

### 1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

**1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES** – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 1.231 processos eletrônicos, distribuídos neste ano até o dia 10-7-2017, apurando-se a média de 11 processos por dia útil.

**1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS** – A Vara recebeu 135 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 77 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto aos sistemas da Secretaria.

**1.3. CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS** – A Vara expediu 119 cartas precatórias até a presente data, neste ano, das quais 29 foram devolvidas pelos juízos deprecados, conforme consulta efetuada no sistema e-Gestão.

**1.4. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT** – Existe o registro de 588 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 266 processos foram remetidos no presente ano, até esta data.

**1.5. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO** – Há 58 autos de processos com carga, todos no prazo legal.

**1.6. CARGA PARA ADVOGADOS** – Existem 52 autos de processos físicos com carga, das quais 28 vencidas e cobradas, devendo a Secretaria da Vara renovar as cobranças já efetuadas.

**1.7. CARGA PARA PERITOS** – Constam 6 autos de processos físicos com carga, das quais



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

3 vencidas e cobradas. Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 278 processos pendentes para exame de peritos, devendo a Secretaria da Vara providenciar a baixa nas perícias já realizadas.

**1.8. MANDADOS EXPEDIDOS** – Constatam 157 mandados expedidos em processos físicos e 1.040 expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 23 pendentes de cumprimento em processos físicos e 90 mandados pendentes de cumprimento no PJe, no prazo.

**1.9. REMESSA DE PROCESSOS AO SERVIÇO DE CÁLCULOS JUDICIAIS** – Há 3 autos de processos com carga para o Serviço de Cálculos Judiciais, todos no prazo.

**1.10. PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*** – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 38 processos *sine die*, incluindo aqueles constantes da listagem de processos na fase de conhecimento sem audiência marcada.

Dos 10 processos examinados, 2 encontram-se suspensos – pendentes de outra ação e 8 processos encontram-se suspensos – STF.

**1.11. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO** – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico do TRT 3ª Região, foi de 44,95% em 2015 e de 37,48% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 46,3% e, considerando a tendência de queda verificada nos últimos dois anos, os resultados podem continuar superando o previsto.

**1.12. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO** - segundo dados do sistema e-Gestão, dados até o dia 10-7-2017, existem 63 processos aguardando sentença, conforme consta dos itens 62 e 90062.

**FASE DE CONHECIMENTO** (de 1º-1-2017 até 10-7-2017)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência (item 60)	0
	Aguardando primeira audiência (item 90060)	412
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	14
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	1160
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 35)	13
	Processos conclusos para sentença de conhecimento (item 90035)	672



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 66)	50
	Processos aguardando cumprimento de acordo (item 90066)	233

**1.13. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO** – Existem 2.083 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 1.451 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 576 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 327, 90103 e 90327;
- c) 56 execuções de contribuição previdenciária, de acordo com os itens 102 e 90102.

Os dados foram extraídos do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, de 1º-1-2017 até 10-7-2017.

Em relação às Varas do Trabalho de Uberlândia, no ano 2016, cuja média de processos em fase de execução foi de 1.787, constatou-se que a Vara do Trabalho está com número de processos em fase de execução acima da média.

A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico TRT 3ª Região, foi de 75,67% em 2016. A meta estabelecida para este indicador em 2017 é de 64%.

**1.14. PROCESSOS INCIDENTAIS À FASE DE EXECUÇÃO:** de acordo como sistema e-Gestão, dados de 10-7-2017, existem 50 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 124, 90124, 131, 90131, 144, 90144, 150, 90150, 156, 90156, 162, 90162, 168 e 90168.

**2. PROCESSOS EXAMINADOS** – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 11-7-2017 havia 25 processos:

- a) **procedimento sumariíssimo:** 11 processos;
- b) **procedimento ordinário:** 8 processos;
- c) **instrução:** 6 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010863/17, 0011105/17, 0010986/17, 0010978/17, 0010979/17, 0010929/17, 0010999/17, 0011001/17, 0011002/17 e 0011016/17 .

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

- 0010999/17, 0011001/17, 0011002/17 e 0011016/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

Observando os dados da pauta de hoje e confrontando com a pauta da semana da correição, verificou-se que havia 5 processos na fase de execução para tentativa de conciliação.

**2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS ADIADOS *SINE DIE*; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.**

Exame dos autos dos processos 0011163/17, 0011157/17, 0011153/17, 0011147/17, 0011135/17, 0011090/17, 0011058/17, 0010992/17, 0010940/17, 0010856/17, 0011199/16, 0010374/16, 0012135/15, 0012209/16, 0010944/15, 0010128/17, 0011218/15, 0012368/15, 0012312/15, 0011894/15, 0010724/17, 0010733/17, 0010739/17, 0011009/17, 0010737/17, 0010490/17, 0010554/17, 0011099/17, 0012347/16, 0011171/16, 0010732/17, 0010564/17, 0010571/17, 0010657/17, 0010528/17, 0010709/16, 0010339/17, 0010973/17, 0011693/15, 0011724/15, 0010704/17, 0010625/15, 0010356/17, 0012110/15, 0010001/17, 0010695/16, 0010585/15, 0010424/14, 0011058/17, 0012007/16, 0011800/16, 0010362/16, 0010032/17, 0011683/16, 0010711/17, 0010338/17, 0010559/17, 0010847/17, 0010691/17, 0010800/17, 0010811/17, 0010820/17, 0010823/17 e 0010908/17.

Foram examinados os autos dos processos físicos: 00303/12, 00240/14, 00191/14, 00852/10, 01387/14 e 01274/14.

**RESULTADO** – examinados os autos, constatou-se:

- 0010724/17, 0010733/17, 0010739/17, 0011009/17, 0010564/17, 0010571/17, 0010657/17, 0010528/17, 0010001/17, 0010559/17, 0010847/17, 0010691/17 e 0010820/17: processos sujeitos ao procedimento sumariíssimo com designação de audiência com prazo superior a 15 dias;
- 0011693/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id d642dd7 (mais de 10 dias);
- 0010625/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 677fde4 (mais de 20 dias);
- 0012110/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 5b13c91 (mais de 20 dias);
- 0010001/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 656193b (mais de 10 dias) e Evento 26138412 (mais de 10 dias);
- 0010695/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 45d4f4a (mais 20 dias), Id 332d5a3 (mais de 30 dias) e excesso de prazo para cumprimento do mandado – Id 015f9a9 (mais de 30 dias);
- 0010585/15: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 48e445d (mais de 10 dias), Id 8cba45b (mais de 20 dias) e Id 5dd117f (mais de 10 dias);



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

- 0012007/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – despacho – Id 0577a56 (mais de 10 dias) e cumprimento – Id b90b3c8 (mais de 10 dias);
- 0010362/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 2113344 (mais de 20 dias);
- 0010032/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 48221a1 (mais de 10 dias);
- 0011683/16: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – impulso oficial – Id 32327ff (mais de 30 dias);
- 0010711/17: excesso de prazo na prática de ato processual pela Secretaria – cumprimento – Id 0658f82 (mais de 10 dias) e impulso oficial – Id 7db88e0 (mais de 20 dias).

Recomenda-se as MM. juízas que profiram sentenças líquidas nas causas submetidas ao procedimento sumariíssimo, visando à redução dos incidentes na fase de execução e à obtenção da celeridade e da maior efetividade do processo do trabalho.

**2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 1 inquérito judicial em tramitação.

Examinados os autos do processo 0010859/15 constatou-se que estão em ordem.

**2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 17 ações civis públicas, até esta data, em tramitação.

**2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA** – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 10 ações civis coletivas, até a presente data, em tramitação.

**3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –**

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2015	2016	2017
Procedimento Sumariíssimo	16	50	56
Procedimento Ordinário	99	139	95
Instrução processo físico	-	-	1294
Instrução processo eletrônico	315	455	207

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias corridos

	2015	2016	2017/dias
Procedimento Sumariíssimo	11	24	25-7-2017 - 14 dias
Procedimento Ordinário	135	132	10-8-2017 – 30 dias
Instrução	248	643	8-8-2019 – 758 dias



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2017 até 10-7-2017)

(fonte: e-Gestão)

a) conhecimento:

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 263)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – procedimento sumariíssimo (item 90263)	502	56
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 264)	0	0
Do ajuizamento da ação até 1ª audiência – exceto procedimento sumariíssimo (item 90264)	520	95
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 267)	1	1433
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento - procedimento sumariíssimo (item 90267)	634	84
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 268)	6	1270
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual na fase de conhecimento – exceto procedimento sumariíssimo (item 90268)	519	356
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 271)	1	1433
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento – procedimento sumariíssimo (item 90271)	617	86
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 272)	6	1205
Do ajuizamento da ação até a prolação da sentença na fase de conhecimento - exceto rito sumariíssimo (item 90272)	470	353

b) FASE DE LIQUIDAÇÃO (de 1º-1-2017 até 10-7-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 359)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – procedimento sumariíssimo (item 90359)	40	61
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 371)	0	0
Do início ao encerramento da liquidação – exceto procedimento sumariíssimo (item 90371)	62	60



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

c) Fase de execução (de 1º-1-2017 até 10-7-2017)

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias)
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 275)	124	1396
Do início ao encerramento da execução - ente privado (item 90275)	165	0
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 277)	12	1734
Do início ao encerramento da execução – ente público (item 90277)	1	0

No ano 2016, apurou-se que, em 221 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2016	Média/dia útil
<b>Sentenças de conhecimento</b>	1464	6,62
<b>Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração</b>	321	1,45
<b>Decisões na fase de execução</b>	101	0,46
<b>Total</b>	1886	8,53

**4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS** – Em junho de 2017, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
<b>Procedimento sumariíssimo</b>	124	5,9
<b>Procedimento ordinário</b>	108	5,14
<b>Instrução</b>	66	3,14
<b>Tentativa de conciliação na fase de conhecimento e/ou execução</b>	10	0,48
<b>Total</b>	308	14,7

No mês de junho de 2017, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram proferidas 119 sentenças de conhecimento, conforme apurado nos itens 40/43 e 46; 90040/90043 e 90046, 28 sentenças decorrentes da oposição de embargos de declaração, conforme itens 115 e 90115. Foram conciliados 90 processos, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Constatou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, mediante informação do



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

Secretário da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8h20min e /ou 13h30min. A MM. Juíza titular realiza audiências de segunda-feira a sexta-feira na parte da manhã e a MM. Juíza Auxiliar de terça-feira a quinta-feira na parte da tarde e na sexta-feira na parte da manhã.. O intervalo entre as audiências é de 10 minutos para as de procedimento sumariíssimo, 5 minutos para as de procedimento ordinário e de 15 minutos para as instruções.

Em atendimento ao artigo 18, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, declaram as magistrados que comparecem nesta unidade organizacional de segunda-feira a quinta-feira, a MM. Juíza Titular e a MM. Juíza Auxiliar de Terça-feira a sexta-feira.

Declaram as magistradas, quanto à residência, que cumprem a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantêm o cadastro atualizado na Secretaria Geral da Presidência.

De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, na Unidade, são exarados, em média, 850 despachos por semana.

**AUXÍLIO FIXO:** Recomenda a Corregedoria Regional que, atuando outro magistrado (a) na Vara, seja observado o disposto no artigo 330 do Provimento Geral Consolidado nº 3/2015, do TRT da 3ª Região, que determina que “nas Varas do Trabalho que contarem com Juiz Auxiliar é vedado o comparecimento semanal alternado entre Magistrados”.

## **5. PRODUÇÃO –**

<b>Movimentação Anual de Processos</b>		
	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Processos recebidos	2339	2259
Média por dia útil	10,3	10,2
Processos remanescentes do ano anterior	1030	1398
Sentenças anuladas	25	23
<b>Total de processos para solução</b>	<b>3394</b>	<b>3680</b>
Processos solucionados	1884	2166
Processos conciliados	597	702
Produção	55,51%	58,85%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 3,42% em relação ao número de processos recebidos no ano 2015. Quanto à produção, verificou-se que em 2016 houve um aumento de 3,34%.

**5.1. Mapeamento Global de Desempenho (MGD) –** O Mapeamento Global de Desempenho - MGD, indicador que tem como componentes o Índice de Produtividade e a Força de Trabalho, e cujos dados são extraídos do Sistema e-Gestão, tem por objetivo informar o desempenho das unidades em relação a indicadores que se alinham às metas nacionais e ao



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

Plano Estratégico do TRT3 e, ainda, em relação às outras unidades de 1º Grau. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando-se um instrumento eficaz de gestão.

PERÍODO	MGD	Força de Trabalho
Abr/15 a Mar/16	0,6021	0,88
Abr/16 a Mar/17	0,6848	0,96

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

MESOINDICADORES REPARAMETRIZADOS – Abr/16 a Mar/17			
ACERVO	CELERIDADE	PRODUÇÃO	REPRESAMENTO PROCESSUAL
0,6559	0,2291	0,8209	0,5152

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

MACROINDICADORES DO IP	MICROINDICADORES DO IP	VALOR ORIGINAL Abr/15 a Mar/16	VALOR ORIGINAL Abr/16 a Mar/17	MÉDIA VARAS DO TRABALHO Abr/16 a Mar/17	MICRO REPARAME- - TRIZADO
ACERVO	ANTIGUIDADE	1.416 dias	1.492 dias	1.538 dias	0,4274
	PENDENTE	5.167	5.446	3.600	0,6982
CELERIDADE	PRAZO MÉDIO	933 dias	677 dias	979 dias	0,2291
PRODUÇÃO	ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO	34,20%	33,80%	37,89%	0,7090
	ÍNDICE DE SOLUÇÃO	88,61%	93,09%	98,21%	0,8011
REPRESAMENTO PROCESSUAL	TC CONHECIMENTO	51,85%	45,91%	38,08%	0,7656
	TC LIQUIDAÇÃO	30,45%	20,14%	39,35%	0,2353
	TC EXECUÇÃO	80,07%	72,20%	74,86%	0,5528
	TC INCIDENTES PROCESSUAIS	13,09%	21,99%	22,35%	0,3276

Fonte: e-Gestão em 10/05/2017

## 6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$2.83.021,91	R\$ 414.657,43

7. PORTARIAS – De acordo com o Secretário da Vara do Trabalho, encontram-se em vigor as Portarias 1/2015, que regulamenta a prática de atos ordinatórios pelos servidores e a



2/2015, que trata da proibição de informações processuais por telefone.

**8. BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega o BACEN JUD, o INFOJUD e RENAJUD, com o intuito de localizar bens passíveis de penhora, bem como o SIMBA e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC, para a requisição de informações sobre movimentações bancárias. Detectou, ainda, que havia 2 ordens de bloqueio do BACEN JUD pendentes na Vara do Trabalho, devendo a Secretaria fazer os processos conclusos às magistradas.

**9. DA SECRETARIA** – Concluída a Correição, de acordo com os critérios acima especificados, o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor examinou 81 autos de processos, sendo que em 11 foram encontrados excessos de prazo, aspectos que deverão ser regularizados. Os prazos processuais, com relação aos despachos, impulso oficial e cumprimento deverão ser observados.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas as Resoluções Administrativas nº 241, de 2015 e 208, de 2016, referentes ao recesso forense e suspensão dos prazos processuais .

## **10. RECOMENDAÇÕES:**

### **10.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:**

As recomendações gerais serão objeto de Ofício Circular Conjunto a ser enviado para todas as unidades.

### **10.2. RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:**

A Corregedoria Regional recomenda que sejam (m):

1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;

2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;

3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico:  
[www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual\\_orientacoes\\_peritos\\_judiciais\\_pjejt\\_1-12-0-3\\_1g.pdf](http://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjejt_1-12-0-3_1g.pdf);

4) envidados esforços para aumentar a produção, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;

5) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução, bem

11



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

**10.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2016:**

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

- 1) exarados os despachos, quando do impulso oficial, no prazo de 5 dias, conforme artigo 226, I, do CPC;
- 2) observado pela Secretaria o prazo de 5 dias, conforme artigo 228, do CPC;
- 3) envidados esforços no sentido de regularizar os lançamentos de laudos periciais pendentes no PJe, orientando os peritos quanto aos locais corretos para anexar o laudo pericial e para peticionar/manifestar nos autos, devendo também a secretaria aprovar todos os laudos pendentes. O manual de orientações para peritos judiciais sobre o uso do PJe está disponível no endereço eletrônico: [www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual\\_orientacoes\\_peritos\\_judiciais\\_pjeit\\_1-12-0-3\\_1g.pdf](http://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2016/03/manual_orientacoes_peritos_judiciais_pjeit_1-12-0-3_1g.pdf);
- 4) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução, bem como do volume dos processos de execução com a inclusão destes em pauta, de forma seletiva, considerando aqueles com potencial para encerramento pela via da composição.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

**11. Gestão Estratégica**

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015/2020 do TRT3 devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

**Meta 1 CNJ / Meta 6 CSJT:** Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar pelo menos 90% da quantidade dos processos de conhecimento distribuídos no período.

Em 2016, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente” esta unidade organizacional atingiu o percentual de 92,06%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,74%.

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o percentual alcançado foi de 87,63%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 105,12%.

**Meta 2 CNJ / Meta 7 CSJT:** Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31-



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

12-2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-2015, no 1º grau.

Em 2016, quanto a Meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31-12-14”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,09%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 110,43%.

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o percentual alcançado foi de 96%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,68%.

**Meta 3 CNJ / Meta 9 CSJT:** Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014, em 6 pontos percentuais, até 2020 (2pp).

Em 2016, quando a Meta era “aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação a média do biênio 2013/2014 em 2pp em 2016”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 32,38%, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 90,25%.

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o percentual alcançado foi de 48,08%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,03%.

**Meta 5 CNJ / Meta 11 CSJT:** Índice de Execução (IE) - Baixar pelo menos 90% da quantidade de execuções iniciadas no período.

Em 2016, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 79,62% não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 96,55%.

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o percentual alcançado foi de 81,08%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 89,35%.

**Meta 6 CNJ / Meta 8 CSJT:** Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31-12-2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2014 no 1º grau.

Em 2016, quando a meta era “identificar e julgar, até 31-12-16, as ações coletivas distribuídas até 31-12-13 (1º grau)...”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100%, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 97,58%.

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o percentual alcançado foi de 102,04%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 98,01%.

**Meta 5 CSJT:** Tempo médio de duração do processo: reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2014, em 5% até 2020 (2%).

Em 2016, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base de 2014, em 1% em 2016”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 199 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 150 dias.



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA**

No ano 2017, até o dia 31-5-2017, o tempo médio alcançado foi de 220 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 163 dias.

**12. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** - No que se refere à responsabilidade socioambiental, enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política de responsabilidade socioambiental da Justiça do Trabalho constantes do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deste Regional.

**13. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA** – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

**14. OBSERVAÇÕES FINAIS** – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

O Secretário da Vara manifesta-se, conforme abaixo registrado:

Venho pelo presente, por ocasião da correição ordinária aqui realizada, e conforme facultado pela corregedoria deste E. TRT, requerer seja anexado à ata as considerações abaixo, relativas às dificuldades que temos enfrentado no cumprimento de nossas atribuições.

Novamente destaco que a implantação do PJE, apesar de ser um marco na modernização da Justiça, causa transtornos na fase de treinamento e adaptação, sendo que



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA**

até os dias atuais os servidores ainda enfrentam desafios na utilização do sistema, e o mais importante, na forma de controle do fluxo dos processos. Assim sendo, alguns excessos de prazo foram causados por erro no encaminhamento dos processos.

Porém, a maior dificuldade enfrentada, sem dúvida alguma, é a ausência de material humano, dado ao reduzido quadro de servidores e a grande demanda de processos. NO ÚLTIMO DIA 06/07/2017 houve a aposentadoria de mais uma servidora, LUCIENE ANTÔNIA BARBOSA, ocasião em que ficaremos, não se sabe até quando, com apenas 12 servidores.

O movimento processual em Uberlândia só vem aumentando, bem como a complexibilidade dos processos.

Apesar do grande número de ações ajuizadas, o que ocorreu nos últimos anos foi uma diminuição no número de prestadores de serviços, em razão de aposentadoria, conforme já citado, bem como o cancelamento do convênio com a FENEIS, cujos empregados eram importantes auxiliares na execução das tarefas.

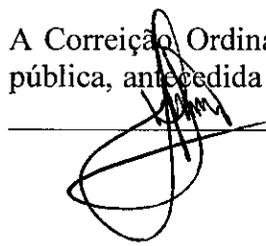
Assim sendo, para que a Secretaria possa cumprir com sua missão institucional com excelência, entendemos ser necessário o investimento em um aumento do quadro de funcionários, pois é sabido que o excesso de serviço gera danos à saúde, afastamentos, e ainda mais prejuízo para o bom andamento dos processos.

Em face da implantação do processo eletrônico, como forma de minorar o problema do quadro de servidores da Vara, sugere-se, mais uma vez, a redução do horário no atendimento do balcão, de modo a não ser necessária a atuação de mais de um servidor na função, o que atualmente não é possível, uma vez que o horário de funcionamento do atendimento no balcão é maior do que a jornada de trabalho de um servidor. A esse respeito, o que se pretende com a sugestão de redução de horário do balcão é poder contar com mais servidores na Secretaria para o cumprimento das tarefas, tornando mais eficaz a prestação jurisdicional. Isso já foi levantado na correição anterior.

E por último, ainda em relação ao PJE, por vezes o sistema fica bastante lento, o que causa frustração e estresse, já que o serviço não flui, sendo que tal problema é recorrente.

Atenciosamente,

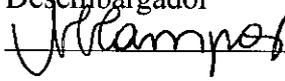
Guilherme E. Cunha Costa  
Secretário da 2a. VT de Uberlândia

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia onze de julho de 2017, em sessão pública, antecedida de pregão, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior  
, Secretário da Corregedoria, lavrei a presente ata, impressa em



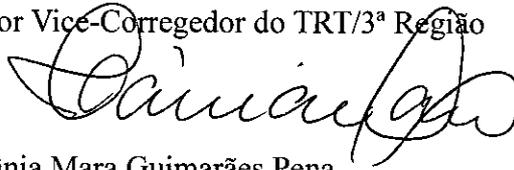
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 3ª REGIÃO  
CORREGEDORIA

frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, pela MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, pela MM. Juíza do Trabalho Auxiliar e pelo Secretário da Vara do Trabalho. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou o Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor, além do Sr. Secretário da Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci e pela Assessora do Excelentíssimo Desembargador Vice-Corregedor Mariana Cristina Araújo Campos

 \_\_\_\_\_



César Pereira da Silva Machado Júnior  
Desembargador Vice-Corregedor do TRT/3ª Região



Tânia Mara Guimarães Pena  
Juíza do Trabalho Titular da Vara

  
Alessandra Duarte Antunes dos Santos Freitas  
Juiz do Trabalho Auxiliar

  
Guilherme Egidio Cunha Costa  
Secretário da Vara do Trabalho